

# Funai pode demarcar reservas em três anos

Brasília — As áreas indígenas do País podem ser demarcadas em três anos, se a Funai tiver autonomia e dinheiro para isso. A afirmação é do diretor do Patrimônio Indígena do órgão, o engenheiro agrimensor Aureo Faleiros, que contesta, assim, declarações do sertanista Orlando Villas Boas de que seria preciso pelo menos 40 anos para realizar esse trabalho no Brasil.

“A demarcação não é feita mais sem lombos de burros”, disse Faleiros, acrescentando que equipamentos modernos e as empresas do setor estão bem aparelhadas. Na sua opinião, pode-se também contar com a ajuda dos índios na parte operacional, especialmente na abertura de picadas.

Faleiros explicou, ainda, que quando fala em autonomia para a Funai demarcar as terras indígenas se refere ao fim do “grupão” (Grupo

Interministerial encarregado de definir as áreas indígenas). “Antes o presidente da Funai baixava portaria e demarcava”, disse, adiantando que agora depende de reuniões do “Grupo”, cada vez mais escassas devido às dificuldades de comparecimento do secretário-geral do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), Simão Jatene, envolvido com o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Outra dificuldade, é que o Mirad, com uma estrutura ainda em formação, acaba recorrendo à Funai para fazer trabalhos que seriam da competência. Entre essas atribuições, conta que processos de demarcação enviados ao Mirad às vezes são devolvidos com pedidos de mais dados, geralmente sobre titulação, que deveriam ser levantados, pelo próprio Ministério. (ANDA)

## Funai desconhece ação dos bispos

Brasília — O procurador jurídico da Funai, Gerardo Fonseca, disse ontem que a Fundação Nacional do Índio só soube através dos jornais sobre a ação que quatro bispos da Amazônia estão movendo contra aquele órgão e a Petrobrás. Segundo ele, se os bispos tiveram entrada com a ação popular, a Funai ainda será notificada. Depois disso, a Justiça Federal fará a citação do órgão, que terá 30 dias para contestar as acusações.

Os quatro bispos que iniciaram a ação quinta-feira passada — d. Erwin Krautler, da prelazia de Altamira; d. Tomaz Balduino, da prelazia de Goiás; d. Mário Neto, da prelazia de Tefé e d. Domênico Marzi, de São Paulo de Olivença — querem a anulação de contrato para exploração de gás natural no Vale do Javari, no Noroeste da Amazônia, alto do Rio Solimões, pela Funai e Petrobrás.

Segundo a Igreja, as pesquisas sísmográficas realizadas com explosivos por empresas estrangeiras contratadas pela Petrobrás, os

equipamentos utilizados nos trabalhos (máquinas pesadas) além do desmatamento, têm causado conflitos entre os índios da região — ainda bastante primitivos e arredios — e os trabalhadores.

Os bispos acusam ainda a Petrobrás de utilizar helicópteros para assustar os silvícolas, fazendo vôos rasantes sobre as malocas. Ainda segundo a Igreja, o dinamite empregado tem espantado a caça da região, principal fonte de alimentação dos índios, o que leva à destruição de sua comunidade, estimulando as invasões de terras por madeireiras e empresas extrativistas.

Quanto a Funai, os bispos a acusam de estar conivente com as ações da Petrobrás, ao invés de defender os interesses dos indígenas. O presidente da Fundação Nacional do Índio, Gerson Alves, que chegou anteontem de Porto Velho, despachou ontem com o procurador jurídico do órgão. (ANDA)